

#NavegueNãoNaufrague

#EcaTeProtege

Navegue na rede, mas não naufrague nos crimes sexuais.



MPPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

#NAVEGUENÃONAUFRAGUE, #ECATEPROTEGE:
NAVEGUE NA REDE, MAS NÃO NAUFRAGUE NOS CRIMES SEXUAIS

BELÉM / PA

2019

Catálogo na Publicação (CIP)
Ministério Público do Estado do Pará. Departamento de Administração.
Divisão de Biblioteca.
Biblioteconomista: Sizete Medeiros do Nascimento

P221n Pará. Ministério Público. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude

#NavegueNãoNaufrague, #EcaTeProtege: navegue na rede, mas não naufrague nos crimes sexuais / Ministério Público do Estado do Pará. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. – Belém, 2019.
25 p.

1. Ministério Público – Pará – Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. 2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. 3. Violência sexual. 4. Abuso sexual infantil. 5. Internet – Acesso virtual. 6. Prostituição infantil. 7. Relacionamento virtual. 8. Exploração sexual – Infantil – Crianças – Adolescentes. 9. Tráfico de pessoas. I. Martins, Gilberto Valente - Procurador-Geral de Justiça. II. Freire, Mônica Rei Moreira, Promotora de Justiça. III. Título.

CDD: 342.17

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude

Rua Ângelo Custódio, 36 - 1º andar - Anexo I - Cidade Velha

CEP: 66023-090 - Belém/PA

Fone: (91) 4008-0434 Fone/Fax: (91) 4008-0430

www.mppa.mp.br

Gilberto Valente Martins

Procurador-Geral de Justiça

Mônica Rei Moreira Freire

Promotora de Justiça da Infância e Juventude

Rosângela Farias dos Santos

Analista Jurídico - 10ª PJ da Infância e Juventude

Márcia Bethânia de Albuquerque Vinagre

Assessora especializada - Pedagoga

Bruna Edwigs Cunha Boulhosa

Acadêmica de Direito - FACI/DEVRY

Ana Beatriz Silva de Sá

Acadêmica de Direito - CESUPA

Amanda Luz Lopes

Acadêmica de Direito - CESUPA

Irene Gomes de Vasconcellos Palheta

Revisão de Textos

Ruth Campos

Projeto Gráfico e Editoração

Departamento de Informática

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do 9º e 10º cargos de Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, que possuem atribuição na área de crimes contra crianças e adolescentes, tem se deparado com dois grandes desafios.

O primeiro é a subnotificação, ou seja, vítimas de violência sexual, por diversos motivos, não têm comunicado os fatos ao sistema de justiça, permitindo o ciclo vicioso da violência e contribuindo para a impunidade.

O segundo desafio refere-se à utilização dos meios virtuais como instrumento para a prática dessa forma de violência.

Em razão desses fatos, elaboramos este guia com o objetivo de conversar com você, estudante. Nele são disponibilizadas informações acerca de alguns conceitos que possam ajudá-los (as) a identificar situações de violências sexuais, prevenir tais situações e conhecer a rede de atendimento disponível que será acionada em caso de práticas violadoras.

A escola é importante espaço de conscientização de direitos fundamentais. Por isso, o Ministério Público do Estado do Pará acredita que ampliando a discussão, trazendo você, aluno (a), como nosso protagonista, pode criar, junto com a família e o corpo docente, uma forte teia de combate à violência sexual, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.

MÔNICA REI MOREIRA FREIRE

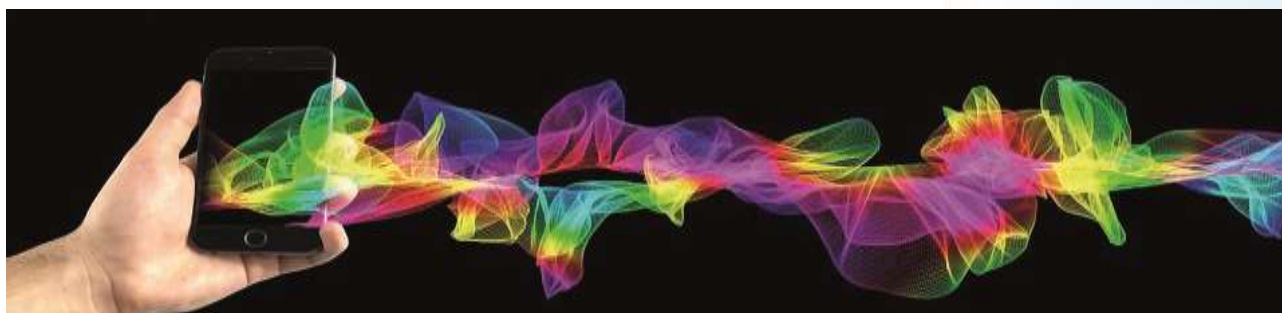
10ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Belém

1. Você conhece o Ministério Público?

O Ministério Público é a instituição que tem como função atuar na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, como direito à vida, à saúde, à moradia, à liberdade, à educação, ao trabalho e à cidadania. É, ainda, o fiscal da lei, atuando na defesa da ordem jurídica e do regime democrático e defendendo o patrimônio cultural, o meio ambiente, os direitos e interesses da coletividade.

Na área da infância e da juventude, o Ministério Público tem importante papel, fiscalizando a política de atendimento ofertada pelo poder público às crianças e aos adolescentes, ingressando com ações nos casos de omissão ou deficiência dos serviços, buscando assegurar direitos.

Como agente político de transformação social, o Ministério Público tem procurado aproximar-se da sociedade, verificando suas necessidades, realizando ações preventivas, informando e criando elos. Por isso, hoje o Ministério Público está em sua escola para um diálogo aberto acerca da violência sexual.



2. Navegue. Não naufrague.

Hoje a internet é um meio muito utilizado para pesquisas, estudos e compras, bem como para comunicação. Conectar-se é preciso!

Essa nova forma de comunicação exige a observação de regras e muito cuidado.

3. Você sabia que a violência sexual pode ser cometida via internet?

As redes sociais podem ser utilizadas tanto para atrair vítimas para a prática de violência sexual com contato físico como servir de instrumento para a prática de crimes virtuais dessa natureza.

Vamos prestar atenção em alguns conceitos sobre a materialização da violência sexual por meio do abuso e da exploração sexual.

3.1. Abuso sexual: é a utilização do corpo de uma criança ou adolescente por um adulto para a prática de qualquer ato de natureza sexual.

Adulto é considerado toda pessoa maior de 18 anos de idade.



O abuso sexual pode ocorrer no âmbito da família, como, por exemplo, quando pai (mãe), padrasto (madrasta), tio (a), avô (avó), entre outros, toca no corpo da criança ou do adolescente com a justificativa de se tratar de carinho ou de cuidado, quando, na realidade, quer estimular-se sexualmente.

Pode ser praticado por pessoas conhecidas, como, por exemplo, quando o pai (mãe) de algum (a) colega toca nas partes íntimas de criança ou adolescente que vai dormir na casa desse (a) colega.



Também pode ser cometido por estranhos, quando abordam criança ou adolescente na rua, por convencimento (quando se tratar de criança) ou mediante violência ou ameaça, levando a vítima para algum lugar mais afastado e praticando com ela conjunção carnal e/ou atos libidinosos.

Conjunção carnal ocorre quando há introdução do órgão genital masculino (pênis) no órgão genital feminino (vagina).

Os atos libidinosos são verificados quando um adulto (a) passa a mão nas partes íntimas de uma criança ou de um adolescente, seja o toque no bumbum, na vagina, nos seios ou pênis da vítima. O beijo lascivo, os “chupões” e o coito anal também são modalidades de atos libidinosos.

Os atos libidinosos ou a conjunção carnal podem ser cometidos por mais de uma pessoa, isso não implica o afastamento da responsabilidade, muito pelo contrário, nos casos de vítimas que são abusadas por mais de um agressor, todos devem ser denunciados e

punidos. Exemplo: uma criança de 10 anos foi tocada (atos libidinosos) inicialmente por seu pai e em outro contexto foi tocada pelo seu avô. Nesse caso, tanto o pai quanto o avô serão responsabilizados.

Existem, também, casos de estupro coletivo, nos quais uma pessoa é abusada sexualmente por várias pessoas ao mesmo tempo, seja o abuso por meio de conjunção carnal e/ou ato libidinoso. Nesses casos, todos os agressores devem ser identificados, denunciados e responsabilizados.

Os delitos de Estupro estão previstos no art.213 do CP, quando cometidos mediante violência ou grave ameaça e no art.217 A do mesmo diploma legal, quando for praticado contra menor de 14 anos de idade, pessoa que por enfermidade ou deficiência mental não tenha o discernimento para prática do ato, ou ainda contra pessoa que por qualquer causa não possa resistir.

Há inúmeros outros delitos de natureza sexual descritos no código penal como a violação sexual mediante fraude, assédio sexual, indução a satisfação da lascívia alheia dentre outros.

Recentemente, o legislador introduziu no Código Penal o delito de **Importunação sexual** que ocorre quando um adulto pratica ato libidinoso na presença de alguém sem o seu consentimento. Exemplo: uma adolescente de 17 anos está voltando da escola em um transporte coletivo quando percebe que um adulto está se masturbando atrás dela.

3.2. Exploração sexual: é a utilização sexual de criança ou adolescente com a intenção de obter alguma vantagem, seja financeira ou de qualquer outra espécie.

3.2.1 Prostituição infantil: entendida como a relação de sexo mercantilizada, ou seja, quando ocorre o ato sexual em troca de dinheiro. Um exemplo disso seria quando um adulto oferece dinheiro para manter relação sexual com jovem de 15 anos.

Convém lembrar que crianças e adolescentes são prostituídas (exploradas) e não prostitutas.



3.2.2 Pornografia infantil: exposição de imagens sexuais de crianças. Inclui fotografia de sexo explícito, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores.

Exemplo: pedófilos que compartilham e recebem imagens de crianças e adolescentes em contextos sexuais.

3.2.3 Turismo sexual: viagens efetuadas por pessoas de outros países ou de outras regiões do Brasil objetivando praticar relações sexuais com crianças e adolescentes. Envolve, muitas vezes, cumplicidade de agências de turismo, guias turísticos, hotéis, bares, barracas de praia, além da tradicional cafetinagem (exploração da prostituição). Exemplo: turistas que viajavam para região de praias com o fim de praticar sexo com adolescentes, sendo que o pacote de viagem por eles adquirido já incluía acompanhante.

3.2.4 Tráfico de pessoas: é a promoção de saída ou entrada de criança ou adolescente no território nacional visando exploração. Exemplo: adolescente foi convidada para trabalhar como garçoneite ou como modelo no exterior, mas, na realidade, é explorada sexualmente.

4. Relacionamentos virtuais

4.1. O que é relacionamento? Significa a ligação afetiva, profissional ou de amizade entre pessoas que se unem, compartilhando alguns interesses em comum. Um bom relacionamento se desenvolve quando há confiança, empatia, respeito e harmonia entre as pessoas envolvidas.

As redes sociais, hoje em dia, são as maiores incentivadoras da criação de relacionamentos.



4.2. Ao teclar, tenha cuidado antes de estabelecer um relacionamento virtual.

- Você sabe com quem está conversando na internet? É uma pessoa confiável? Procure obter informações.
- Não exponha imagem que seja prejudicial a você.
- Imagine as consequências da viralização de imagem negativa.
- Tenha cuidado com comentários depreciativos.
- Saiba identificar crimes sexuais. Todo cuidado é pouco!

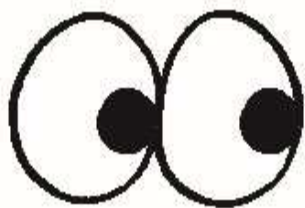


No Brasil, um crime sexual ocorre por hora na Internet. Em depoimento na Câmara dos Deputados, o presidente da Safernet, Thiago Tavares, informou que, entre julho de 2008 e fevereiro de 2010 (mesmo após o acordo entre a rede social Orkut e o Senado para combater crimes sexuais contra crianças e adolescentes), foram registrados 14.001 desses delitos. “Isso corresponde a uma média de quase um crime por hora”, ressaltou o presidente da Safernet.

#Seliga!

Com outros nomes, em diversas cidades, noticiadas por telejornais, revistas periódicas, contadas por amigos, você certamente já ouviu essas histórias:

4.3. Fique de olho! Isso é crime!



Certa vez, “em um relacionamento virtual, aconteceu que a adolescente Cindy, de 15 anos de idade, conheceu Loki em uma sala de bate-papo. Ao se comunicarem via internet, marcaram um encontro em um *shopping* da cidade. Após o encontro, a adolescente foi levada para o apartamento de Loki. Chegando lá, foi abusada sexualmente vindo a óbito.

Loki foi condenado por estupro majorado pelo resultado morte nos termos do art.213, §2º do CPB.

Outra vez, “em um grupo de WhatsApp, Suzan recebeu uma foto de um menino de 12 anos nu (“nudes”) e compartilhou tal foto com outras pessoas e outros grupos, pois achou engraçado. Suzan acreditava que, como ela recebeu essa imagem e



não foi ela que bateu a foto, poderia divulgar para seus contatos. Suzan foi condenada pela prática do crime descrito no artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (disponibilizar, publicar ou divulgar vídeo ou foto pornográfica envolvendo criança ou adolescente).

5. Você já pensou o que pode ocorrer quando guarda imagens ou vídeos com conteúdo sexualizado envolvendo pessoas menores de idade?

“Val e Thanos tinham um relacionamento. Thanos gravou em seu celular sua relação sexual com Val, que era menor de 18 anos, e depois passou para seu computador, sem enviar para ninguém. Thanos teve seu celular e computador apreendidos e foi condenado pelo crime de armazenamento de foto ou vídeo de sexo explícito envolvendo adolescente, descrito no artigo 241-B do ECA.” (Pena de 1 a 4 anos de reclusão e multa).

5.1. Você já refletiu a respeito de montagens, em fotos ou vídeos, com cenas de sexo explícito?

“Ultron pegou a foto do rosto de sua colega Leia, de 17 anos, e montou-a na cena de um filme pornográfico proibido para menores de 18 anos. Ele pensou que seria apenas uma brincadeira ver a colega fazendo parte do elenco do filme pornográfico. Ultron foi condenado pela conduta descrita no artigo 241-C do ECA, pela montagem de imagem de adolescente em cena de sexo explícito” (Pena de 1 a 3 anos de reclusão e multa).

5.2. E quando alguém solicita o envio de “nudes” de crianças e adolescentes?

“Cindy, 11 anos de idade, começou a ser chamada, via whatsapp, por Magneto, pai de sua amiga Suzan, o qual constantemente pedia fotos dela nua e ainda dizia que realizaria uma festa na piscina só para poder tocar em suas partes íntimas. Cindy mostrou as conversas aos seus pais, Magneto foi condenado pela conduta descrita no artigo 241-D do ECA, por assediar Cindy” (Pena de 1 a 3 anos de reclusão e multa).

E se você for um(a) adolescente, que repassasse as imagens de outras pessoas menores de idade? O que aconteceria?

Responderia por ato infracional (considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal), sujeito às seguintes medidas socioeducativas:

MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS

- Advertência;
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviços à comunidade;
- Liberdade assistida;
- Semiliberdade;
- Internação.

Conheça os tipos penais descritos no ECA das histórias contadas na cartilha.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso;

II – prática as condutas descritas no *caput* deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.



#Help



#Ajuda

6. O que fazer e quem procurar quando acontecer situações dessa natureza?

São “portas abertas” de fácil acesso ou conhecidas da população, não investigam, não colhem depoimentos, mas prestam atendimento e realizam encaminhamentos:

- **Escolas:** espaço educativo em que a criança e/ou adolescente pode contar com orientação, prevenção e encaminhamento aos órgãos competentes no combate da violência sexual (Notificação - art. 245 do ECA);

- **Serviços de saúde:** devem auxiliar o público infanto-juvenil, em caso de violência sexual, por meio de prevenção, urgência ou tratamento; (notificação- Art. 245 do ECA)
- **Disque denúncia:** No disque 100 as denúncias são encaminhadas aos órgãos competentes, principalmente a polícia, em até 24 horas. Basta digitar 100 no telefone fixo ou móvel. A chamada é gratuita.
- **Centros de defesa:** prioriza o fortalecimento do controle social sobre as políticas públicas de promoção dos direitos de crianças e adolescentes, bem como garante a defesa jurídico-social dos casos de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

São portas de entrada para notificação de denúncias, tem o papel de registrar oficialmente e encaminhar, obrigatoriamente, para outros fluxos:

- **Conselhos tutelares:** O Conselho Tutelar possui como objetivo zelar pelos direitos de crianças e adolescentes, promovendo o atendimento de casos de violações a estes direitos. Sua maior atuação envolve casos de negligência, exploração e violência, os quais devem ser comunicados a tal Órgão. Além disso, acompanham crianças e adolescente em situação de risco e decidem em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso.
- **Delegacias de polícia:** Atuam na apuração de circunstâncias e eventos criminosos visando identificar os responsáveis. Existem delegacias especializadas em determinados crimes, como é o caso da Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e Adolescente vítima de violência sexual (conhecida como DEACA/PARÁPAZ).
- **PARÁPAZ:** É um programa de atendimento destinado a promover o atendimento integral de crianças e adolescentes vítimas de violência. Tal programa oferece acompanhamento psicológico às vítimas e suas famílias.

- **Ministério Público:** O Ministério Público é uma instituição que atua na defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, dentre outras atribuições. Além disso, atua na fiscalização das políticas públicas da proteção integral e é o titular da ação penal, cabendo a tal Órgão oferecer denúncia objetivando o processamento e a responsabilização das pessoas pelos crimes cometidos quando houver indícios de autoria e materialidade.

No Ministério Público existe uma espécie de divisão de atribuição quanto a matéria, a qual influencia na área de atuação dos promotores em determinados casos, a exemplo podemos citar as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude. A 9ª e a 10ª Promotorias de Justiça da Infância e Juventude atuam, especificamente, no processamento de crimes que possuem como vítimas crianças e adolescentes, objetivando proteger e resguardar os direitos deste público.

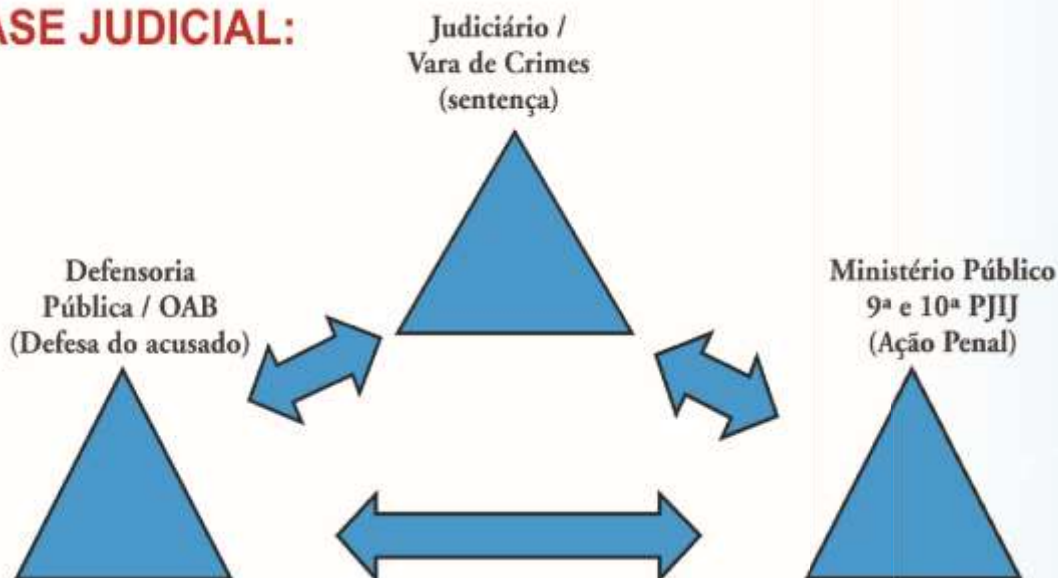
- **1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes:** É Vara especializada do Poder Judiciário, sendo competente para julgar os delitos contra a dignidade sexual cometidos contra crianças e adolescentes.



PROPAZ:



FASE JUDICIAL:



7. Para que você fique antenado (a), observe dois conceitos que estão inseridos nos crimes virtuais:

7.1 Exposição íntima virtual - nudes

Definição: O termo nudes significa sem roupa ou pelado. A expressão “mandar nudes” é usada para pedir a alguém o envio de fotografias ou vídeos pessoais de cunho sexual, por diversos meios de comunicação, principalmente por WhatsApp e Facebook.

7.2 Sexo explícito

O que seria cena de sexo explícito ou pornográfica para configurar os crimes descritos no ECA?

A expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

8. O uso favorável da internet

A internet permite aproximar pessoas que estão distantes, facilita a comunicação, amplia seu lazer com a oferta de jogos, músicas e filmes.

Com esse instrumento o usuário (aluno) poderá ter excelente contato com professores, outras escolas e estudantes, e uma ampla rede de profissionais ao redor do mundo, bem como ter facilidade ao acesso à informação e ao aprendizado.

Torne a internet sua maior aliada!

Ministério Público e Você. Juntos contra a violência sexual!

[#EcaTeProtege](#)

[#NetSemBobeira](#)

[#NavegueNãoNaufrague](#)

Endereços/Telefones Úteis

1. Ministério Público- 9ª e 10ª Promotorias de Justiça da Infância e Juventude

Endereço: Rua Ângelo Custódio, nº 85. Cidade Velha. Belém/PA

CEP: 66.023-090

Tel: (91) 4008-0400

Atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

E-mail: 9pjj@mppa.mp.br / 10pjj@mppa.mp.br

Site: www.mppa.mp.br

2. 1ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes:

FÓRUM CRIMINAL DES. ROMÃO AMOEDO NETO

Endereço: Rua Tomázia Perdigão, nº 310, Cidade Velha, CEP. 66.015-260

Tel: (91)3205-2295

3. Delegacias Especializadas/ PARÁPAZ:

Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e Adolescente /PARÁPAZ Integrado - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves

Endereço: Rodovia Transmangueirão, s/n. Bairro: Benguí. Belém-PA.

CEP: 66640-000

Telefones: (91) 4009-6078 / 4009-6076/ 4009-6080

E-mail: propazcpc@policiacivil.pa.gov.br

Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e Adolescente/ PARÁPAZ Integrado - Santa Casa de Misericórdia

Endereço: Rua Bernal do Couto, nº 1040, esquina com Avenida Generalíssimo Deodoro. Bairro: Umarizal. Belém-PA.

CEP: 66050-380

Telefone: (91) 4009-2200 / 3223-2412

E-mail: propaz@policiacivil.pa.gov.br

4. Conselhos Tutelares:

Conselho Tutelar I – DAGUA

Endereço: Avenida Alcindo Cacela, nº 2699, entre Pariquins e Caripunas Bairro Cremação, Belém/PA.

Telefone: (91) 3219-1203

Conselho Tutelar II – DAICO

Endereço: Rua Carneiro da Rocha, nº 110, entre Lopo de Castro e Taborai, Bairro: Cruzeiro, Icoaraci/PA

Telefone: (91) 3297-7001

Conselho Tutelar III – DAENT

Endereço: Avenida Tavares Bastos, nº 447, entre Pedro Alvares Cabral e Almirante Barroso, Bairro: SOUZA, Belém/PA

Telefone: (91) 3279-5609

Conselho Tutelar IV – DASAC

Endereço: Travessa Lomas Valentina, nº 316, entre P. Miranda e Antônio Everdosa, Bairro: Pedreira.

Telefone: (91) 3277-4538

Conselho Tutelar V – DAOUT

Endereço: Avenida Beira Mar, nº 310, próximo a

Travessa São Jorge, Distrito de Outeiro

Telefone: (91) 3267-7153

Conselho Tutelar VI – DAMOS

Endereço: Avenida 16 de Novembro, nº 100, Bairro: Farol

Telefone: (91) 3771-5987

Conselho Tutelar VII- DABEN

Endereço: Conjunto Catalina – Avenida Major Seda, nº72

próximo a Avenida Centenário, Bairro: Benguí

Telefone: (91)3279-6135

Conselho Tutelar VIII – DABEL

Endereço: Travessa Rui Barbosa, nº 2627, entre

Mundurucus e Pariquis, Bairro: Nazaré

Telefone: (91) 3219-8310



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
Rua Ângelo Custódio, 36 - 1º andar - Anexo I - Cidade Velha
CEP: 66023-090 - Belém/PA
Fone: (91) 4008-0434
Fone/Fax: (91) 4008-0430 www.mppa.mp.br